



## CNJ organiza seminário que debaterá agilidade e cooperação internacional

O Conselho Nacional de Justiça promoverá na quarta-feira (23/10) o seminário Jurisdição Brasileira e Cooperação Internacional, primeira iniciativa do CNJ para melhorar a comunicação e tramitação de processos entre o Brasil e outros países. Responsável pelo grupo de trabalho criado pelo CNJ para estudar novas formas de cooperação jurídica no cenário internacional, o conselheiro Guilherme Calmon afirmou que a busca é por rapidez para os atos processuais que dependem de outras nações.

Atualmente, a carta rogatória é o meio utilizado para a comunicação entre tribunais brasileiros e do exterior, mas o modelo está se mostrando ineficiente em algumas situações. Entre os assuntos que serão debatidos durante o seminário, estão questões específicas da cooperação internacional, como a adoção da convenção de Haia em casos relativos a sequestro e adoção de crianças, informou o conselheiro. Guilherme Calmon também é o coordenador da Rede Nacional de Cooperação Judiciária, que tem como objetivo estimular a nomeação de juízes de cooperação no Judiciário. Isso facilita a comunicação dos atos judiciais entre as diversas cortes do Brasil.

O conselheiro disse que é necessário garantir maior rapidez para a comunicação de atos jurídicos, defendendo a adoção de outro modelo em detrimento da carta rogatória. Para ele, é fundamental também aumentar a cooperação jurídica internacional no que diz respeito à recuperação de ativos em crimes de evasão de divisa, corrupção e lavagem de dinheiro. Outra situação citada por Guilherme Calmon é a do tráfico internacional de pessoas, tema que mobiliza a Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania do CNJ, presidida pelo conselheiro Emmanoel Campello.

Calmon também falou sobre uma figura que começa a ganhar destaque no Judiciário, o juiz de ligação, previsto na Convenção de Haia sobre o Sequestro Internacional de Crianças. O conselheiro classificou o juiz de ligação como figura fundamental para agilizar o contato com autoridades de outros países e a obtenção de dados. Atualmente, segundo ele, o Brasil conta com dois juízes de ligação para casos de sequestro internacional de crianças e dois para a convenção sobre adoção internacional.

Voltado para magistrados federais, estaduais e do trabalho, o seminário Jurisdição Brasileira e Cooperação Internacional ocorre no dia 23 de outubro, entre 8h e 17h, no auditório do Conselho da Justiça Federal. O auditório fica no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho III, Polo 8, Lote 9, em Brasília. As inscrições devem ser feitas no [site](#) do CNJ. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

### Date Created

21/10/2013